

UNIDADE NA DIVERSIDADE: AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES ENCONTRADAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS¹

Marcelo Cervo Chelotti – Universidade Federal de Uberlândia²
mchelotti@hotmail.com

Vera Lúcia Salazar Pessoa – Universidade Federal de Uberlândia³
vlpessoa@triang.com.br

1. INTRODUÇÃO

Na Campanha Gaúcha a pequena propriedade (até 04 módulos rurais)⁴ já existia antes mesmo da instalação dos assentamentos, mas a sua base econômica sempre esteve associada à pecuária extensiva (bovinocultura e ovinocultura), com restrita atividade agrícola em função de sua estreita ligação sócio-cultural com o espaço latifundiário.

No entanto, foi a partir da instalação dos assentamentos rurais na década de 1990, que se acentuou uma racionalidade produtiva e organizacional diferente, via territorialização de milhares de trabalhadores provenientes das mais diversas regiões do Rio Grande do Sul. Portanto, passaram a conviver dentro de um mesmo assentamento, indivíduos com uma identidade construída a partir da luta pela terra, que ao conquistar o lote, outras identidades foram emergindo, ou sendo construídas. Assim, os assentamentos da Campanha se caracterizam por possuir uma diversidade sociocultural intensa, dado ao fato de que indivíduos de diversas regiões foram ali assentados.

Dessa forma o presente artigo tem por objetivo compreender, na realidade dos assentamentos rurais, como as múltiplas identidades sociais podem potencializar e/ou restringir o desenvolvimento das unidades de produção familiar. Para realizar a correlação entre o teórico e o empírico, tão necessária em nossos estudos, tomamos a Campanha Gaúcha como *locus* ideal para essa discussão.

2. APONTAMENTOS SOBRE A IDENTIDADE NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

O resgate dos elementos subjetivos na geografia passou a ocorrer com maior ênfase após a década de 1990, onde os fundamentos estritamente vinculados ao econômico, ao concreto, começaram a perder seu poder explicativo, ou serem questionados.

¹ A presente discussão é parte integrante do projeto de tese “*Do latifúndio aos assentamentos: a nova (re) configuração regional na Campanha Gaúcha*” vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/MG.

Endereço: Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA, sala 1 H 02, Bloco 1H, Campus Santa Mônica. Av. João Naves de Ávila, 2160, CEP 38.408-100, Uberlândia (MG). Tel: (34)3239-4169 - ramal 47.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/MG. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.

³ Professora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/MG

⁴ Conforme o INCRA, um módulo rural na Campanha Gaúcha corresponde a 28 ha. Assim sendo, as pequenas propriedades correspondem aquelas propriedades rurais que possuem até 112 hectares. No entanto, os lotes dos assentamentos instalados na Campanha não ultrapassam 35 ha.

Duas décadas atrás, ninguém queria ser geógrafo cultural. A geografia cultural cobre numerosas questões, desde as análises dos objetos do cotidiano, representação na arte até estudos do significado de paisagem e a construção social de identidades baseadas em lugares. (SEEMANN, 2003, p. 261).

Entretanto, engana-se quem acha que fazer uma geografia pela perspectiva cultural é algo do momento, um modismo. Ao investigar a evolução da geografia enquanto área do conhecimento verificamos, que desde La Blache, pai da geografia humana francesa, e que influenciou a brasileira, os aspectos culturais, simbólicos, imateriais estavam presentes nas descrições das paisagens.

No entanto, a geografia cultural ficou muito tempo fora das discussões teóricas sobre cultura, em função de acreditarem que tal discussão já estava resolvida. O que aconteceu com o passar dos anos é que todo o conhecimento que se pretendia ser considerado científico deveria obedecer alguns princípios, leis, dogmas, e na geografia não foi diferente. Com isso, passou-se a abandonar algumas características clássicas da geografia, como a observação, o empírico, o trabalho de campo, e incorporaram-se modelos matemáticos, ditos “científicos”, afastando-se o geógrafo do espaço social, e principalmente do imaterial.

Acreditamos que a geografia pagou um preço muito caro por isso, pois as análises e estudos passaram a ser realizados com mais objetividade e pouca subjetividade. No entanto, muitos processos sociais passaram despercebidos, camuflados, pois os geógrafos não o entendiam enquanto científico.

Por isso, quando na década de 1990, ressurgem com força os estudos culturais, muitos geógrafos falaram em ser mais um modismo. No entanto acreditamos que foi um ressurgimento pautado na crítica a uma geografia eminentemente economicista e que estava negando suas raízes empiristas e descritivas.

No entanto, a incorporação da categoria identidade nos estudos sobre a produção do espaço é relativamente recente⁵. Sendo assim, na geografia brasileira destacam-se alguns autores como Haesbaert (1988, 1997), e Rosendahl (2001, 2002, 2004).

Wasserman (2001) destaca que a identidade constitui-se como um termo polissêmico, está relacionada tanto ao indivíduo num âmbito pessoal, e também às relações entre o indivíduo e à coletividade. Assim, as subjetividades individuais e coletivas são matéria-prima das identidades.

Haesbaert (1997) parte da premissa que a identidade territorial é entremeada por várias outras, e seu conteúdo simbólico pode às vezes mudar rapidamente no tempo, a identidade social nunca pode ser vista como unitária e monolítica.

⁵ Na literatura estrangeira, com muito mais tradição, destacam-se Claval (2004), Cosgrove (2000), Le Bossé (2004), Sauer (2000), dentre outros.

Portanto, não podemos associar identidade como algo estanque, imutável, pois ela também é transitória, faz parte da dinâmica social. Dependendo da época, dos lugares e da idade cronológica de cada grupo, a identidade se apresentará de maneira diferente.

A identidade aparece como uma construção cultural. [...] Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo [...] a identidade deve ser analisada com um discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os outros, para dar sentido a sua existência. (CLAVAL, 1999, p.15).

E mais adiante o autor prossegue

O sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade [...] os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. Uma e outra, estas categorias são produtos da cultura, em um certo momento, num certo ambiente [...] (CLAVAL, 1999, p. 16).

Portanto, há no espaço geográfico, não uma, mas várias identidades. A identidade tem um vínculo muito forte com a questão espacial, pois os indivíduos se reconhecem a partir da sua territorialização num determinado lugar: por exemplo, sou do bairro x, do estado y, do país z.

Para Le Bossé (2004) o lugar apresenta-se como suporte essencial da identidade cultural. Pois tem uma ligação emocional, carregado de valor e de sentido, pela subjetividade dos indivíduos e dos grupos. Assim, os lugares de memória são parte integrante de uma territorialidade simbólica pela qual os grupos se afirmam e reivindicam sua identidade cultural e política em relação com o seu lugar próprio.

A identidade é construída a partir de subjetividades individuais e coletivas, e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades.

Assim, no próximo item iremos verticalizar a discussão, abordando a identidade no rural, mais especificamente nos assentamentos rurais.

3. MÚLTIPLAS IDENTIDADES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A importância de se incorporar à dimensão cultural nos estudos sobre o rural, se dá na medida em que, é pelo entendimento da construção das identidades que se vai entender o processo de resignificação do rural.

A identidade é categoria fundamental para se entender o rural na contemporaneidade. A dimensão simbólico-cultural, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação simbólica de um grupo sobre seu espaço e onde os geo-símbolos, que definem uma paisagem cultural, marcam a inscrição da cultura de um grupo sobre seu espaço (RUA, 2005).

A constatação que o rural não se extinguiu é cada vez mais defendida, uma vez que está dotado de uma nova roupagem, mais híbrido, complexo. Nesse contexto, as novas funções do rural, juntamente com as tradicionais, como é a luta pela terra e conquista de assentamentos rurais, dão sentido na resignificação do rural na contemporaneidade.

Portanto, os assentamentos rurais também são territórios de permanência do homem no campo. Enquanto território de luta pela terra, ele é homogêneo, pois todos os indivíduos eram trabalhadores sem terra no tempo de acampamento. No entanto, após sua territorialização no assentamento afloram, ou são criadas outras identidades, sejam elas étnicas, religiosas, políticas, dentre outras.

Temos que considerar os assentamentos como microssistemas sociais muito mais complexos do que imaginamos, onde a multiplicidade de identidades sociais, e de contextualização histórico-sociais são fundamentais para a compreensão nas relações externo-interno. (CARVALHO, 1999).

Assim, há que se considerar o assentamento enquanto local de expressão da diversidade da sociedade, e não enquanto algo externo a ela, onde o assentamento também é dotado de contradições econômicas, sociais, políticas e ideológicas, pois é constituído de indivíduos, grupos sociais dessa sociedade.

O assentamento, enquanto espaço social em reconstrução, possui grupos de indivíduos com múltiplas identidades. Portanto, está posto um desafio: como se organizar levando em consideração a identidade social de cada grupo.

Carvalho (1999) procurou identificar o conjunto heterogêneo de trabalhadores rurais que usualmente demandam e/ou lutam diretamente pela posse da terra. São eles os: assalariados permanentes e temporários (tanto urbanos como rurais); arrendatários rurais; parceiros rurais; moradores agregados; posseiros; quilombolas; filhos de pequenos proprietários rurais, populações ribeirinhas; população extrativista.

Os assentamentos enquanto territórios concretos da luta pela terra possuem uma unidade, onde em muitos casos, são frutos da organização política promovida por movimentos sociais. No entanto, dentro desse território co-existem muitas identidades que, em função da especificidade do processo de luta pela terra, ali se encontram. A identidade exerce um papel importante na articulação interna de um assentamento, porque é ela que vai dar o sentido de pertencimento a um coletivo, a um determinado grupo social.

Martins (2003) destaca que a condição de assentado não é suficiente para criar uma identidade individual e social, que assegure a inserção positiva do assentado na realidade que o assentamento cria e possibilita. Embora sejam frutos da reforma agrária, essa condição não permite afirmar que exista uma identidade construída no assentamento.

A identidade pode ser aquela em que um grupo de indivíduos tem com a política, apego a terra, questão étnica-cultural, religiosa, até a identidade de ex-trabalhadores urbanos. Por isso, que os assentamentos são cada vez mais *locus* de manifestações múltiplas identidades.

Carvalho (1999) identificou três tipos de identidades sociais mais encontradas em assentamentos rurais: (a) *a identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente* – estabelecida num longo processo histórico de relações sociais onde as interações sociais face a face, entrecruzada por diversos planos sociais como parentesco, religião, sexualidade, vizinhança e outros; (b) *a identidade social pela origem* – estabelecida por pessoas que tem afinidade geográfica, de uma mesma localidade, município, ou mesmo uma região em particular; (c) *a identidade social pela política* – estabelecida por pessoas que defendem um modelo de organização política e social dentro do assentamento e fazem dele o elemento subjetivo de sua identificação social.

Essa constatação é pouco aceita na esfera do poder público e dos movimentos sociais, que entendem o assentamento enquanto um território homogêneo, tanto na esfera da identidade, quanto das relações sociais. Pois partem do princípio que o ato de assentar essas famílias elimina o conflito pré-existente, não reconhecendo outros que poderão emergir após a efetivação do assentamento.

Para Bergamasco e Norder (1996) é importante destacar que a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor de todas as necessidades fundamentais para sua reprodução. Portanto, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta em busca das condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto assentados.

É nesse contexto que ocorrem muitas das diferenciações entre os assentados. Portanto, a mera análise econômica não dá conta de explicar o “sucesso” de alguns assentamentos em detrimento de outros. Por isso, torna-se necessário mais do que nunca, incorporar nas análises sobre o desenvolvimento de assentamentos a questão da identidade, pois é a partir dessas afinidades que os assentados irão procurar organizar-se.

No item a seguir iremos realizar uma breve discussão sobre as identidades encontradas nos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha, e as interferências na gestão e organização das unidades de produção familiar.

4. OS ASSENTADOS DA CAMPANHA GAÚCHA: identidade geográfica e social

A partir das orientações propostas por Carvalho (1999), buscamos nos assentamentos Liberdade no Futuro, Nova Santa Rita e Esperança da Fronteira, localizados no município de Sant’Ana do Livramento, perceber características inerentes à identidade social e geográfica.

As questões culturais (identidades) são evidentes no Rio Grande do Sul em função da particularidade na ocupação e produção do espaço agrário gaúcho, principalmente em relação à origem geográfica associada à questão étnica. Assim, a produção familiar do norte (área colonial) tem uma íntima ligação com a migração de ítalo-germânicos alicerçados na agricultura colonial. Já a produção familiar do sul (Campanha) está associada a indivíduos de descendência luso-brasileira, alicerçada na exploração da pecuária extensiva e com laços culturais com o latifúndio pastoril.

Para Le Bossé (2004) os geógrafos se interessam pela identidade dos lugares e pelos papéis que eles desempenham na formação dos indivíduos e de seus grupos sociais. Ao observar as pessoas, os sujeitos e os agentes geográficos, devemos perceber a construção e reivindicação de identidades cristalizadas em suas representações e em suas interpretações dos lugares e das relações espaciais.

Nesse contexto, quais são as relações identitárias estabelecidas entre os assentados oriundos da própria Campanha, com aqueles que vieram de outras regiões. Assim, verificamos que há uma clara e evidente diferenciação identitária nos assentamentos mais recentes instalados na Campanha. De um lado indivíduos provenientes das áreas coloniais, e de outro, indivíduos da própria Campanha, que passaram a conviver juntos nos assentamentos.

Portanto, o produtor familiar da Campanha em nada tem a ver com o das áreas coloniais. Enquanto o primeiro tem uma forte ligação com a atividade agro-pastoril, e é de descendência luso-brasileira, o segundo, tem maior identidade com o cultivo de lavouras, e é de descendência ítalo-germânica.

Nesse sentido, na medida em que esses indivíduos ou seus descendentes são re-territorializados em assentamentos na Campanha, passam a conviver e dividir espaços em conjunto, muitas vezes mediados por conflitos associados à diferenciação na origem geográfica ou social.

No caso do assentamento Liberdade no Futuro, que foi organizado em 1991 numa área de 1.754 hectares, os assentados são provenientes em sua totalidade do norte do estado, e com forte participação de ex-pequenos proprietários, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Liberdade no Futuro: origem geográfica e condição social anterior dos assentamentos

Micro. Geográfica	Nº	%	Condição anterior	Nº	%
Frederico Westphalen	14	56,5	Peq. proprietário de terra	10	43,3
Cruz Alta	1	4,3	Arrendatário/parceiro	6	26,0
Carazinho	5	21,7	Empregado rural	1	4,3
Três Passos	2	8,7	Meeiro	2	8,7
Passo Fundo	2	8,7	Serviços gerais no urbano	4	17,4
Total	24	100		24	

Fonte: Chelotti, M. C. (2003).

A principal característica dessas famílias residia na estreita relação com as pequenas propriedades (basicamente minifúndios), localizadas no norte do estado, que aos poucos foram sendo expropriadas, principalmente pelo processo de modernização da agricultura. Outro fator identificado na trajetória de vida desses indivíduos foi a descapitalização, principalmente com o processo de modernização da agricultura que se expandia no território gaúcho.

Em relação ao assentamento Nova Santa Rita, que foi instalado no ano de 1996, numa área de 982 hectares, seus indivíduos são todos provenientes do norte do estado, associado a ex-pequenos proprietários, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 - Nova Santa Rita: origem geográfica e condição anterior social dos assentamentos

Micro. Geográfica	Nº	%	Condição anterior	Nº	%
Frederico Westphalen	6	50,0	Peq. proprietário de terra	7	58,3
Cruz Alta	3	25,0	Arrendatário/parceiro	3	25,1
Soledade	1	8,3	Empregado rural	2	16,6
Santiago	1	8,3			
Não-Me-Toque	1	8,3			
Total	12	100		12	100

Fonte: Chelotti, M. C. (2003).

O assentamento é resultado da luta pela terra organizada pelo MST, com indivíduos provenientes do norte do estado, principalmente do município de Constantina. Uma característica marcante nesse assentamento é o alto grau de parentesco entre os indivíduos, provenientes de comunidades rurais

extremamente empobrecidas. A sua inserção na luta pela terra deu-se em função das precariedades que se verificava nas pequenas propriedades de seus familiares (principalmente seus pais), onde trabalhavam agregados, meeiros, arrendatários.

O Assentamento Esperança da Fronteira, que foi criado em 1999 numa área de 588 hectares, tem por características a presença significativa de indivíduos da própria Campanha, e o baixo número de ex-pequenos proprietários, como mostra a tabela 3.

Tabela 3 Esperança da Fronteira: origem geográfica e condição social anterior dos assentamentos

Micro. Geográfica	Nº	%	Condição anterior	Nº	%
Frederico Wesphalen	4	30,7	Peq. proprietário de terra	2	15,4
Carazinho	2	15,4	Arrendatário/parceiro	2	15,4
Três Passos	2	15,4	Empregado rural	3	23,0
Campanha Meridional	1	7,7	Meeiro	2	15,4
Campanha Central	4	30,7	Trabalhava no urbano	4	30,7
Total	13	100		13	100

Fonte: Chelotti, M. C. (2003).

O assentamento foi formado por trabalhadores sem-terra que estiveram acampados em diversas áreas do estado. A grande maioria dos assentados é constituída de ex-trabalhadores assalariados, e outra pequena parte é formada por antigos meeiros e pequenos proprietários de terras (minifúndios).

O assentamento possui indivíduos provenientes de muitas regiões do estado. No entanto, a sua maior particularidade está na presença majoritária de famílias provenientes da Campanha, o que não se verifica nos demais assentamentos, principalmente nos mais antigos. Portanto, a presença de famílias da própria região está associada ao trabalho de base realizado pelos coordenadores regionais do MST na região.

Assim, evidencia-se que os primeiros assentamentos instalados têm por característica a presença de famílias provenientes principalmente das áreas coloniais do norte e noroeste do estado. Essa característica começa a mudar a partir do ano de 1998, onde se percebe a presença, embora tímida, de famílias da própria região da Campanha. A presença de famílias da própria região nos assentamentos foi fruto da forte atuação do MST em frentes de massa. Assim, muitos ex-trabalhadores rurais de estâncias e de granjas de arroz conquistaram sua própria terra.

Como a luta pela terra na Campanha apresentou-se como um processo tardio em relação a outras regiões do estado, o número de sem terra da região aparentemente sempre foi menor. Com a atuação do MST na conscientização dessa população, muitos passaram a integrar o movimento e assumiram sua identidade de sem terra.

No entanto, os assentamentos mais recentes começaram a mudar seu perfil, agora não somente indivíduos das áreas colônias, mas também de indivíduos da própria região, que historicamente não possuíam a posse da terra. Também, verifica-se as diferentes formas de utilização da terra entre os assentados que são da própria Campanha Gaúcha e os de outras regiões. Os primeiros desenvolvem atividades mais ligadas a pecuária extensiva, enquanto os outros se dedicam ao cultivo de lavouras (policultura).

Conforme Carvalho (1999) a biografia dos indivíduos assentados torna-se necessária quando se deseja conhecer como se formaram os atuais padrões de comportamento social de um determinado grupo social. Nos assentamentos formados por indivíduos de diversas origens geográficas e com vivências em distintas relações sociais de produção, há tendência de constituírem grupos sociais identificados pelo sentimento da origem. Onde a identidade social dá-se pela rede de relações sociais consolidadas historicamente, há tendência de reproduzirem uma vida social similar aquela que vivenciaram nos contextos sociais anteriores ao assentamento.

Nesse contexto, os assentamentos rurais da Campanha não fogem a essa tendência, ou seja, a sua organização interna reflete em muito as identidades sociais presentes nos diversos grupos de assentados.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao mergulhar no mundo dos assentados, principalmente no que tange a construção de identidades sociais, constatamos que indivíduos mesmo tendo interesses em comum, em muitos casos não conseguem construir afinidades no âmbito das relações sociais, idéia de comunidade, ou senso de pertencimento a um grupo maior. Onde os conflitos internos são dados pela dificuldade no processo de construção da identidade social e individual do assentado.

Em relação à característica das identidades sociais existentes nos assentamentos da Campanha, verificamos que os assentados com origem geográfica do norte apresentam-se mais adeptos à inserção de novas formas de exploração da terra, como a fruticultura e a produção de leite. Enquanto os assentados oriundos da própria região são mais resistentes a diversificar a produção, desenvolvendo atividades mais ligadas a exploração da pecuária extensiva.

Dessa maneira, o que se verifica são duas formas distintas de exploração e condução das unidades de produção, geridas na essência da formação sócio-cultural de cada grupo social, e que num curto espaço de tempo dificilmente irão compor a mesma identidade social.

6. REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CARVALHO, H. M. de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. NEAD: Brasília, 1999.

CLAVAL, P. Abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117

CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. 2003, 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R.; SANTA BÁRBARA, M. de. J. Identidades e migração em áreas transfronteiriças. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, n.5, p. 43-60, 2001.

LEITE, S. *et al* (Org.) **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.p. 157-179.

MARTINS, J. de. S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

NAVARRO, Z.; MORAES, M.S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

PEBAYLE, R. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do RS**. Porto Alegre, n.18, p.35-45, jan/dez. 1975. p. 19-68.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, n. 2, Fortaleza, 2005. p. 45-66.

SEEMANN, J. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a geografia cultural no Brasil. In: ALMEIDA, M. G. D.; RATTTS, A. (Org.) **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 261-284.

WASSERMAN, C. Identidade: conceito, teoria e história. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.7, n.2, jul/dez, 2001, p. 7 a 19.